O DIREITO AMBIENTAL E GEOGRAFIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS

Lucas Cesar Bonato Rós; Maria Helena Pereira Mirante; Fabio Ferreira Morong.

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: lucas.b_ros@hotmail.com; madelainy1361@hotmail.com; fabiomorong@hotmail.com

RESUMO

O trabalho compreende uma análise geral da temática sobre o Direito Ambiental e Geografia no Pontal do Paranapanema: aspectos históricos e atuais, trazendo a realidade de uma região em que o processo de ocupação foi marcado por irregularidades, abusos, devastação ambiental, conflitos relacionados a questão da Reforma Agrária. Esse resgate histórico, na luta pela terra, até presentemente tem como fonte principal a sua contribuição na questão agrária atual e também os rumos e perspectivas da luta pela terra na região. O método utilizado foi o dedutivo legal, aplicando-se a interpretação da legislação e doutrina. Conclui-se com um aparato de informações adequada, ficando a indagação o Pontal do Paranapanema, ficaria verde de novo? A resposta, em que possamos verificar em um futuro próximo, mas se depender das famílias que ocupam esse lugar, esse processo não demorará muito para acontecer.

Palavras-chave: Direito Ambiental, Geografia, Pontal do Paranapanema, Aspectos Históricos.

TITLE: ENVIRONMENTAL LAW AS A FORM OF RIGHT TO ANY SOCIETY.

ABSTRACT

The work comprises a general thematic analysis on the environmental law and Geography in the Pontal do Paranapanema: current and historical aspects, bringing the reality of a region in the process of occupation was marked by irregularities, abuse, devastation environment, conflicts related to issue of land reform. This historic rescue in the struggle for the land, till presently has as main source to your contribution in question and also the agraria directions and perspectives of struggle for land in the region. The method used was the cool, deductive applying the interpretation of legislation and doctrine. Concludes with an apparatus of adequate information, getting the quest the Pontal do Paranapanema, would be green again? The answer, we can check in the near future, but if you depend on the families who occupy this place, this process does not take long to happen.

Keywords: Environmental Law, Geography, Pontal do Paranapanema, Historical Aspects.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho sobre o Direito Ambiental e Geografia no Pontal do Paranapanema: aspectos históricos e atuais tem como foco principal em uma leitura atualizada da luta pela terra e suas etapas de desenvolvimento no Pontal do Paranapanema sob o olhar geográfico. No transcorrer das pesquisas realizadas, acerca da questão agrária na região, observamos a necessidade de se compreender quais as mudanças na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Motivado por um conjunto de indagações acerca dos elementos antigos com os atuais, o surgimento de novos processos e a constituição de uma nova questão agrária mais agressiva e intensa, nos desafiamos a realizar uma reflexão teórica, que sob uma perspectiva histórico-geográfica nos permitisse vislumbrar as mudanças e o que está acontecendo atualmente na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Destacando o conflituoso processo de ocupação do Pontal do Paranapanema e a territorialização do latifúndio através do processo de grilagem, visto que este foi determinante para a população indígena, para capital agrícola e pioneirismo na alteração da paisagem da região.

Em seguida, o papel do movimento socioterritorial organizado, visto que a luta é processo fundamental na consolidação do movimento.

Por fim, evidenciamos a atualidade da questão agrária na região. Atualmente o Pontal do Paranapanema se destaca em âmbito nacional por ser uma região com histórico de grilos e intensa atuação dos movimentos socioterritoriais. No transcorrer dos anos, diferenças nos princípios, na forma e prática da luta pela terra. Essas dissidências são produtos de divergências político-ideológicas e atuam na região criando novos elementos e modificando a luta pela terra na região. Elas interferem ativamente no processo de reconfiguração da região, construindo novos territórios de enfrentamento ou subordinação ao capital através de seus respectivos projetos políticos e modos de compreender a conflitualidade e questão agrária não apenas das gerações humanas, mas todos os seres vivos.

METODOLOGIA

Para cumprir o objetivo proposto, o presente trabalho tem um reforço à discussão sobre o Direito Ambiental e Geografia no Pontal do Paranapanema: aspectos históricos e atuais, o trabalho seguiu os métodos dialético-dedutivo, com emprego de pesquisa à legislação, autores e jurisprudência acerca da matéria como forma de objeto do estudo, no acréscimo do conteúdo, a propósito, dos contornos dos conhecimentos da ciência, sobre o embasamento nas relações humanas e físicas, de modo explícito, claro, inteligível e funcional.

DISCUSSÃO

A indagação sobre o tema, historicamente até meados do século XIV, grande parte da região de São Paulo ainda não havia sido ocupada. Em 1850, a lei de terras determinou o registro obrigatório das posses. As não registradas foram devolvidas ao Estado que recebiam a denominação de “Terras Devolutas”. (GASSEN, 1994)

Essa lei estimulou a falsificação de documentos na corrida pela posse das referidas terras. Começava assim a grilagem das terras no Brasil¹.

A grilagem das terras do Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário social de toda a população da região. Inclusive as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manoel Goulart e Coronel Marcondes. (FERNANDES, 2004. p. 82)

A história no Pontal do Paranapanema começa na segunda metade do século XIX, quando algumas pessoas forjaram títulos falsos para conseguir o domínio das terras que são, denominadas de Terras Devolutas. Além que eram de propriedade do Estado, devido ao não registro de seus proprietários. (SOBREIRO FILHO, 2013)

As terras eram adquiridas com documentos forjados pelo próprio cartório, paróquias, pelo grande fazendeiro que realizava o procedimento da falsificação dos papéis da seguinte forma: colocava um papel na sua gaveta e em seguida colocava insetos e fechava a gaveta por um certo período. Com a decomposição do inseto, fazia com que o papel viesse a ficar amarelado e velho, forjando assim, as assinaturas e comprovando para o Estado que tal posse era sua por direito, apresentando o documento deteriorado e retirado de sua gaveta para o órgão competente.

Essas falsificações ocorreram visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras, devolutas. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 62).

No fim do século XIX, dois grileiros tentam registrar como sua propriedade e imensas áreas do chamado “Sertão desconhecido”. Para burlar a lei, falsificam assinaturas e dizem que já ocupavam essas terras antes de 1850.

O estado analisando os títulos e mapas apresentados, constata que não descreviam corretamente a região e declara a falsidade desses documentos. Para conhecer esse sertão e preparar a sua ocupação o governo cria a “Comissão Geográfica e Geológica” e inicia uma série de expedições. (MAZZINI, 2007)

A primeira expedição, foi realizada em 1886, comandada por Teodoro Sampaio que explora o rio Paranapanema, ao longo de 900 km até o rio Paraná. O levantamento avança com expedições pelos outros rios sempre enfrentando doenças, animais ferozes e outras dificuldades. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006)

Após tais expedições, a região ficou conhecida como Sertão do Paranapanema, uma floresta densa, ocupadas por índio que parecia impenetrável.

O primeiro processo realizado pelos grandes fazendeiros, com sede de poder em uma terra de riquezas, foi denominado como processo de grilagem. É um processo de destruição do começo ao fim, sendo um processo de aniquilação dos índios que viviam naquela região, os grandes fazendeiros ocupavam tais terras apenas com o intuito de aniquilar os habitantes que nela se encontravam.

A violência praticada pelo colonizador frente a população indígena, revela que a ocupação no Pontal do Paranapanema, desde seu início foi realizada de forma desumana contra os índios que ali habitavam. A população indígena com objetivo de afugentar o homem branco promovia ataques a alguns agrupamentos.

Conforme com suas explanações, o autor Leite, deixa explícito que:

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do oeste e o rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caigangues” senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. (LEITE, 1981, p.43).

Em decorrência de tal ato, os jagunços realizaram várias expedições com o objetivo de exterminar a população indígena da região.

Nesse sentido, deixa explícito o autor a barbaridade que:

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43).

Após a limpeza do território, entre os séculos XIX e XX, para a facilitação do transporte de gado entre os estados do Mato Grosso e São Paulo, o governo paulista promove a abertura de uma estrada, cortando o sertão ao longo do espigão, entre o Rio Paranapanema e o Rio do Peixe. (SOBREIRO FILHO, 2013)

Os interesses e conflitos crescem com a expectativa da estrada de ferro sorocabana e a expansão da cafeicultura. As perspectivas de negócios trouxe a região o coronel Manoel Pereira Goulart, descendente dos primeiros grileiros. Para vender as terras, o coronel recorre a um artifício, consegue uma autorização do governo para trazer colonos e assenta-los em suas terras.

A petição foi encaminhada ao Ministério da Agricultura em 28 de fevereiro de 1891, conforme destaca Leite (1981, p. 43) “os termos sua fazenda foram suficientes para Goulart e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras”.

Antes da ferrovia, o Estado era ausente. E com o processo de realização da ferrovia, o Estado então a Polícia, é o início aqui, para formar os municípios, e sendo fator importante para a presença do Estado.

Porém, a presença do Estado era como um meio “latifundiário”, onde o prefeito da cidade era o mandatário como um “barão”, pessoas que apropriavam das terras e das vidas das pessoas que ali habitavam.

A construção da ferrovia surgiu e acarretou outros imigrantes como os alemães, italianos, espanhóis e japoneses que colaboraram para a concretização de trabalhos agrícolas e familiar. Simultaneamente, como acanhados povoados, nasceram municípios na extensão estrada de ferro, como: Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922). (SOBREIRO FILHO, 2013)

Com a chegada da ferrovia, o mercado mais favorecido era o mercado do café, fazendo assim que outros estados passassem a investir na cafeicultura.

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoados que se elevaram à categoria de municípios e, atualmente, desempenham funções importantes na prestação de serviços para a região do Pontal do Paranapanema. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 67).

Assim, com a crise do café, os negócios com as terras declinam. Em 1929, quando aumentaram a produção de gados que se consolidam, os cafezais cedem o lugar a outras atividades agrícolas, difundem-se os cultivos do amendoim e do algodão, que por décadas seriam a cultura mais importante da região. (MAZZINI, 2007)

O processo agrícola e da inspiração em criação de gado, atentou em vários problemas nos impactos ambientais, como: erosões expostas, solos e suas exaustões, córregos com muito assoreamento, entre tantas outras.

Surgem nesse momento, três reservas florestais na mesma década já descrita. Como finalidade, para o meio de proteção e além da conservação da fauna e flora.

São denominadas de: Reserva do Pontal, Lagoa de São Paulo e o Morro do Diabo. Apenas essa última, que ainda existe com grandes proteções ambientais e de sustentabilidade. Encontra partida, as outras duas, infelizmente foram destruídos por vários motivos, além do consumismo do homem. (SOBREIRO FILHO, 2013)

Continuando o entendimento, houve saturação e grandes de desmatamento em um período próximo de 1945-1965, fortalecendo e intensificando a deterioração do meio ambiente, nas reservas naturais que existiam pontualmente no Pontal do Paranapanema.

A grilagem no período de 40 anos continuou sendo uma questão agraria no Pontal de Paranapanema, resultando em diversos conflitos entre grileiros e camponeses. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

Nesse sentido o (MST), teve importante papel na luta pela terra, conforme deixa claro, à contextualização desse autor:

Foram constituídas condições básicas de organização, criadas estratégias para a luta, estruturados acampamentos e criados setores e núcleos para lidar com as necessidades do movimento, como: saúde; educação; disciplina; comunicação; finanças; frente de massa; etc. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 219).

O tema da grilagem e da reforma agrária, nas décadas posteriores, não foram resolvidas como pontos cruciais para resolver a questão. Pelos seguintes fatores: ditadura militar e, o poder político dos coronéis grileiros na aquela ocasião.

CONCLUSÃO

O Pontal do Paranapanema, tempos atrás era coberto por florestas. Encontravam-se árvores de madeira nobre como: Jatobá, Ipê, Peroba, árvores de muita importância para terra, para o equilíbrio entre todos os elementos da natureza, o solo, as águas, as plantas, os animais, cada um com seu papel, cada um no seu lugar. (SOBREIRO FILHO, 2013)

Com a ocupação da região, inicia-se à exploração da madeira, consequência disso, houve inúmeros desmatamentos. Depois, veio a produção de matérias primas, trazendo a degradação do solo, dos rios, transformando e esgotando a terra, em que havia gado espalhado por essa paisagem humanizada. (FERNANDES, 2000)

Nesses aspectos, analisamos um Pontal de esparsas florestas, sobraram poucas e raras manchas de vegetação. Além do, Morro do Diabo, que de longe torna-se uma bela visão para quem visita o local.

O modelo de desenvolvimento capitalista, esteve centrado na obtenção de lucros, o que exigia dos grandes fazendeiros a exploração irracional dos recursos naturais ali presentes. Tal fato, traz consigo as atuais crises climáticas, energéticas e alimentares, aos quais, colocam a ênfase o anseio pela busca de um ambiente sustentável. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

Nesse contexto, a geografia e a educação ambiental, tem uma grande importância para possibilitar o estudo de solo na região, para pontuar os impactos ambientais causados por décadas anteriores, acompanhados de iniciativas, para mudanças futuras e melhoramento em todos os fatores das áreas degradadas, e dentro de suas perspectivas do direito ambiental.

Para finalizar, fica o questionamento para pensarmos; o Pontal do Paranapanema, ficará verde de novo? A resposta, em que possamos verificar em um futuro próximo, mas se depender das famílias que ocupam esse lugar, esse processo não demorará muito para acontecer, visto que com garra, essas famílias lutam diariamente por uma terra que por ano foi maltratada, devastadas, apenas por aqueles que visavam os lucros, não sabendo explorar de modo consciente, às riquezas que ali se faziam presentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

FERNANDES, B. M. A formação do mst no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20-%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 08 Fev. 2018.

GASSEN, V. A lei de terras de 1850 e o direito de propriedade. Dissertação de mestrado – UFSC. Florianópolis: UFSC, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76176/96758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 Fev. 2018.

LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 10. Ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MAZZINI, E. de J. T. Assentamentos no Pontal do Paranapanema–SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Dissertação (mestrado), FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eliane_mazzini.pdf>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

SILVA, A. A; FERNANDES, B. M; VALENCIANO, R. C. RIST– relatório de impactos socioterritoriais. Presidente Prudente. Unesp, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76176/96758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 Jan. 2018.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 2013. Dissertação (mestrado em geografia). Faculdade de ciências e tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI – limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. Tese (livre-docência em geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2009.